

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.710.110 - PR (2017/0295830-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : DORIVAL DE ALMEIDA BATISTA JUNIOR (PRESO)**  
**ADVOGADO : ALI TAWFEIQ - DEFENSOR DATIVO - PR060909**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

**DORIVAL DE ALMEIDA BATISTA JÚNIOR** interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no Habeas Corpus n. 0039455-92.2016.8.16.0000.

Nas razões do especial, o recorrente alega que a fixação dos honorários advocatícios ao defensor dativo nomeado para funcionar em causas criminais deve ter como parâmetro os valores estabelecidos na tabela dos Conselhos Seccionais da OAB, sob pena de negativa de vigência aos §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei n. 8.906/1994 (fls. 242-259).

Afirma que a Corte estadual "deixou de aplicar regra existente - art. 22, § I da Lei n. 8.906/94 - para em seu lugar se utilizar de interpretação de que cabe ao juiz singular arbitrar honorários advocatícios de acordo com a complexidade da causa e não de acordo com tabela de honorários advocatícios da seccional estadual" (fl. 247).

Destaca que o patrono do réu **atuou na defesa durante a primeira instância, quando foram fixados os respectivos honorários, mas que o Tribunal a quo não estabeleceu honorários pela atuação Na segunda instância, na interposição do habeas corpus.**

Requer o provimento do recurso, "para que a Corte de Origem **arbitre os honorários advocatícios devido ao defensor dativo do ora recorrente pela impetração de Habeas Corpus em favor de réu hipossuficiente**, tudo em conformidade com a tabela de honorários da Seccional de Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil"(fl. 258).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 263-267) e admitido o recurso (fls. 269-270), o Ministério Público Federal opinou pelo seu **não conhecimento** (fls. 294-297).

**Decido.**

O especial é tempestivo e preenche os demais requisitos da admissibilidade, razões pelas quais conheço do recurso e passo à análise da impugnação.

**Honorário de advogado dativo**

Em 23/10/2019, concluiu-se o julgamento dos **Recursos Especiais n. 1.665.033/SC e 1.656.322/SC**, submetidos ao rito dos recursos repetitivos. Na oportunidade, ficaram assentadas as seguintes teses:

I. As tabelas de honorários elaboradas unilateralmente pelos conselhos seccionais da OAB não vinculam o magistrado no momento de arbitrar o valor da remuneração a que faz jus o defensor dativo que atua no processo penal; elas servem como referência para o estabelecimento de valor que seja justo e que reflita o labor despendido pelo advogado;

II. Nas hipóteses em que o juiz da causa considerar desproporcional a quantia indicada na tabela da OAB em relação aos esforços despendidos pelo defensor dativo para os atos processuais praticados, ele poderá, motivadamente, arbitrar outro valor;

**III. São, porém, vinculativas, quanto aos valores estabelecidos para os atos praticados por defensor dativo, as tabelas produzidas mediante acordo entre o Poder Público, a Defensoria Pública e a seccional da OAB;**

IV. Dado o disposto no art. 105, parágrafo único, II, da Constituição da República, possui caráter vinculante a Tabela de Honorários da Justiça Federal, assim como tabelas similares instituídas, eventualmente, pelos órgãos competentes das Justiças dos Estados e do Distrito Federal, na forma dos arts. 96, I, e 125, § 1º, parte final, da Constituição da República.

Na hipótese, o Juiz de primeiro grau assim decidiu sobre os honorários dos advogados dativos (fls. 623-628, grifei):

[...]

**Com fundamento no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei Federal n. 8.906/94, em razão da atuação dativa,** arbitro os honorários advocatícios no valor de R\$ 1.000,00 (mil

reais), para o defensor dativo Dr. Érico Rodrigo Tashiro Gonçalves (cf. fls. 259), R\$ 600,00 (seiscentos reais), para o defensor dativo Dr. Djalma B. dos Santos Júnior (cf. fls. 261), R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para o defensor dativo Dr. Maurício Grisbach (cf. fls. 305), R\$ 1.000,00 (mil reais) para o defensor dativo Luis Fernando Milla Sass (cf. fls. 332), R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para a defensora dativa Dra. Aline Ribas Correia (cf. fls. 360), R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para o defensor dativo Dr. Geraldo de Oliveira (cf. fls. 360), R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para o defensor dativo Dr. Rodrigo Antônio Gava (cf. fls. 385), R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para o defensor dativo Dr. Marlon Cordeiro (cf. fls. 405), R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), **para o defensor dativo Dr. Ali Tawfeiq (cf. fls. 357), a serem suportados pelo Estado do Paraná.**

O Tribunal de origem, ao examinar a questão, assentou (fl. 229, grifei):

[...]

Com relação ao pedido de fixação de honorários advocatícios em favor do Impetrante, **conforme já esclarecido em sede liminar, este não merece prosperar, pois tal matéria é inerente ao Juízo sentenciante, o qual realizou corretamente o arbitramento de honorários.**

Como se verifica, a despeito de haver levado em conta todo o trabalho realizado e o zelo demonstrado pelo causídico, valeu-se o *decisum*, exclusivamente, das normas processuais que tratam dos honorários, sem, contudo, levar em consideração, como referência, aqueles fixados pela tabela da OAB ou, como em alguns estados, por tabela produzida com a participação convergente das entidades interessadas, esta última hipótese que a torna vinculativa, conforme as teses fixadas no repetitivo.

**Impende ressaltar que o Paraná possui tabela de honorários própria, produzida pela Resolução n. 13/2016, elaborada por meio de acordo firmado pela Procuradoria-Geral e pela Secretaria de Fazenda do referido Estado.**

Dessarte, como o Juiz de primeiro grau fixou a verba

honorária com base na tabela da OAB e o Tribunal estadual deixou de estabelecer os honorários pela impetração de habeas corpus pelo Defensor Dativo, **a irresignação recursal procede.**

**Dispositivo**

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, "c", do RISTJ, **conheço em parte do recurso e, nessa extensão, dou-lhe parcial provimento** para que o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina **arbitre os honorários em favor do recorrente, tendo em conta a diretriz III** fixada nos referidos precedentes da Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
Relator